

ANTÓNIO MENDES (PS) ESCREVE SOBRE O PRR

Pág. 15



PAULO EDSON CUNHA (PSD) REFLETE SOBRE O RASI 2025

Pág. 15



CÂNDIDO TEIXEIRA E MARIA JOÃO HILÁRIO ABORDAM DEBATE SOBRE TECNOLOGIA DA SAÚDE

Pág. 14

Somos informação segura
semmais.pt

+ Região

Diretor
Raul Tavares

Semanário
Região de Setúbal

Edição n.º 1338
9.ª série

DISTRIBUÍDO COM O
Expresso

Sexta-feira
3 abril
2026
0,50

semmais



GUERRA NO MÉDIO ORIENTE GERA APREENSÃO NA INDÚSTRIA DA REGIÃO

Os portos de Sines e de Setúbal ainda não sentem nenhum estrangulamento na atividade, mas a indústria, nomeadamente os setores do vinho e das pescas, já se ressentem. A maior apreensão tem a ver com a duração do conflito, que pode ser uma grande ameaça.

Pág. 4



Acessos à Arrábida reabriram a meio gás

O município conseguiu a abertura da estrada que liga Albarquel à Gávea, mas o troço entre o Outão e Albarquel fica à espera de orçamento a entregar após a Páscoa.

Pág. 9

PESCA ARTESANAL DA REGIÃO NÃO ESTÁ A GANHAR PARA OS GASTOS

Pág. 5

ETERMAR ENERGIA INTEGRA EXPANSÃO DO MAIOR DATA CENTRE DO PAÍS EM SINES

Pág. 10

MOITA QUER 'AGARRAR' 'OFERTAS' DO PTRR



Autarquia tem ideias e projetos para aproveitar obras do novo plano do Governo, através da CCDR-LVT. Mas lamenta prazos curtos para execução.

Pág. 7

GRÂNDOLA ARRANCA COM REVISÃO DO PDM



Cumprindo uma promessa eleitoral, o município grandolense já está a desenvolver os procedimentos para a alterar bases do Plano Diretor Municipal.

Pág. 8



ESTRADA DA FLORESTA EM SINES CUSTA 2,5 MILHÕES

Intervenção decorre entre a Estrada da Costa Norte e a Avenida Dom Pedro I, abrangendo uma das principais vias de acesso à cidade. Obra é estratégica.

Pág. 8



LEI LABORAL LÍDER DA UGT SETÚBAL DIZ QUE MINISTRA DO TRABALHO "PODE TROCAR CARGOS POR VOTOS DO CHEGA"

Pág. 2

LÍDER DISTRITAL DA UGT ALERTA PARA POSSÍVEL AUMENTO DA PRECARIIDADE LABORAL

“Ministra do Trabalho pode trocar cargos por votos favoráveis do Chega”

Manuel Fernandes, presidente da UGT Setúbal, teme o agravamento das condições laborais, remuneratórias e sociais dos emigrantes caso o pacote apresentado por Maria do Rosário Ramalho venha a ser aprovado com o apoio do Chega, alegadamente, como refere, em troca de vagas de chefia em institutos públicos.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A UGT teme que, a serem aprovadas várias das leis laborais propostas pelo Governo, aumentem a precariedade e o desemprego no distrito. As principais vítimas deverão ser os trabalhadores estrangeiros que trabalham em setores como a agricultura, a restauração, a pesca e a construção civil. São estes, dizem os dirigentes sindicais, quem atualmente mais sofre com o trabalho não declarado, fenómeno que se verifica entre médias, pequenas e microempresas da região e que poderá intensificar-se caso o Executivo estabeleça acordos com partidos como o Chega para viabilizar as suas propostas.

A decisão final dos sindicalistas relativa às propostas governamentais deverá ser conhecida a 9 de abril, data em que a UGT reunirá o seu secretariado nacional para analisar o conteúdo do projeto, que será divulgado três dias antes. “Não pode existir discriminação em função da raça, mas a verdade é que esse risco existe”, disse ao Semmais Manuel Fernandes, antecipando possíveis consequências da aprovação das medidas propostas pela ministra do Trabalho.

“Tememos que o projeto possa vir a ser aprovado em troca de lugares na administração pública. Essa eventual troca de favores poderá envolver o preenchimento de mais de 600 vagas para cargos de chefia em diversos institutos do Estado, que poderão ser negociadas com o Chega, em troca de apoio parlamentar ao pacote laboral do Governo”, afirmou.

Para o líder da UGT no distrito, a aprovação da proposta do Governo corresponde também às pretensões de um número reduzido de empresas que, afirma, continuam a reger-se por modelos de gestão que considera ultrapassados. “O pagamento de salários muito baixos e a precariedade



laboral não se alinham com o que é praticado na Europa. Estamos perante um retrocesso face a práticas do passado. O que se pretende é o reforço do trabalho não declarado e a perda de direitos por parte dos trabalhadores”, disse.

Segundo o dirigente, ao longo das negociações, que já

totalizam 52 reuniões, foram apresentadas propostas que agravam problemas existentes. “Chegou-se ao ponto de propor que, numa fiscalização inopinada, um empregador possa declarar que trabalhadores em situação irregular, que estão ao serviço há vários meses, se encontram na em-

presa há apenas um ou dois dias”, acrescentou.

NECESSÁRIOS, MAS MUITO DISCRIMINADOS

Sobre o que considera serem “arbitrariedades” que afetam os trabalhadores estrangeiros, Manuel Fernandes refere que estas ocorrem com

maior incidência em explorações agrícolas de concelhos do Alentejo, embora alerte que situações de trabalho sazonal também começam a gerar instabilidade económica e social em zonas como Montijo, Alcochete, Barreiro e Seixal.

“Os emigrantes vivem situações de vulnerabilidade crescente. É uma realidade visível no dia a dia, mas cuja dimensão é difícil de quantificar, uma vez que nem o próprio Estado dispõe de dados concretos sobre precariedade laboral ou trabalho não declarado. O que sabemos é que muitos estrangeiros continuam a ser aliciados para trabalhar em setores que não cumprem as regras”, afirmou.

O sindicalista alerta ainda para o previsível agravamento das condições destas comunidades. “Nos próximos anos, será necessário recorrer a trabalhadores estrangeiros para projetos nas áreas das acessibilidades, saúde, infraestruturas e construção. A mão de obra nacional é insuficiente, ao ponto de não responder sequer a obras de menor dimensão, como o futuro Hospital do Seixal”, sublinhou.

“Importa perceber em que condições chegarão essas pessoas: quem fiscaliza as condições de trabalho e de vida, e quem assegura o cumprimento do apoio social, quando atualmente existem lacunas significativas”, questionou.

Manuel Fernandes refere, por fim, que a UGT tem vindo a desenvolver ações para promover a integração e formação de trabalhadores estrangeiros, através de cursos que têm registado uma adesão crescente. Segundo o dirigente, trata-se de preparar cidadãos oriundos da Ásia, África e América do Sul, muitos dos quais trabalham em situação precária em centenas ou milhares de pequenas empresas, sem garantias de estabilidade ou progressão profissional. ■

“A UGT não se vende a partidos políticos”

As negociações do novo pacote laboral entre o Governo e as centrais sindicais têm sido marcadas por várias acusações. Uma das mais relevantes partiu do Executivo liderado por Luís Montenegro, que insinuou que a UGT poderá estar a dificultar um acordo por alegada proximidade à oposição, nomeadamente ao PS. “A UGT tem identidade e história próprias e não está subordinada a qualquer partido, apesar de integrar nos seus quadros pessoas com diferentes sensibilidades políticas, incluindo do PS e do PSD. Não faz sentido que o Governo sugira a intervenção de José Luís Carneiro para influenciar o secretariado nacional da UGT”, afirmou Manuel Fernandes. O dirigente subli-

nha que “a UGT não tem adotado qualquer postura diferente nas negociações com o Governo”. “O que é factual é que, em mais de 50 anos, nenhum Governo apresentou propostas tão desfavoráveis para os trabalhadores como as atuais. Nem durante o período da troika tal aconteceu”, disse. Como prova de abertura ao diálogo, refere que a UGT celebrou “pelo menos uma dúzia de acordos nos últimos dois anos”. Acrescenta ainda que a rejeição do anteprojeto não é exclusiva da central sindical. “A proposta está a ser contestada porque não responde aos anseios dos trabalhadores representados pelos sindicatos e pela sociedade em geral”, concluiu.

RASI APONTA 35.691 PARTICIPAÇÕES, UM DOS VALORES MAIS PRECUPANTES DA ÚLTIMA DÉCADA

Criminalidade geral e violenta continua a subir no distrito

Em 2025 houve mais crimes participados em nove dos 13 concelhos. A região de Setúbal é a terceira com mais registos do país, só sendo ultrapassada por Lisboa e Porto. Número de habitantes, mas também o baixo nível sócio económico e uma moldura penal branda podem ajudar a explicar o fenómeno do aumento da criminalidade. Bandos juvenis são preocupação acrescida.



IMAGEM DR

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

A **CRIMINALIDADE** geral e a criminalidade violenta aumentaram em 2025 na generalidade do distrito de Setúbal, tendo sido registadas pelas diversas forças policiais 35.691 participações (no país foram 365.802). A criminalidade geral subiu 1,7 por cento ao passo que a criminalidade violenta teve um acréscimo de 4,0 por cento. Situações potenciadas pelo desemprego ou o deficiente acompanhamento dos jovens podem ajudar a explicar os números constantes do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), sendo que, por outro lado, os polícias referem também a falta de efetivos e de meios materiais, para além de alguma condescendência dos tribunais.

“Existe sempre uma conjugação de fatores que podem ajudar a explicar o acréscimo ou o decréscimo da criminalidade. Um desses fatores é a população, que no distrito de Setúbal é de cerca de um milhão de pessoas e está em crescendo. Depois há outros aspetos, como sejam o desemprego, o número de toxicod dependentes ou até a eventual saída das cadeias de indivíduos anteriormente condenados”, explicou ao Semmais fonte policial que pediu para não ser identificada.

Os números do último RASI mostram que o distrito de Setúbal é o terceiro com mais participações efetuadas em todo o país, situação que,

de resto, é comum, sendo suplantado apenas por Lisboa e Porto. “São valores que podem perfeitamente ser explicados pelo número de habitantes, sendo que, no entanto, existe um indicador que pode motivar alguma preocupação. É que em relação à criminalidade grave, que é a que mais receios e sentimento de insegurança causa às populações, o que se verifica é um decréscimo nos distritos de Lisboa (4.941 casos, que correspondem a um abaixamento de 3,4 por cento) e porto (2.013, que representa uma quebra de 8,4 por cento) e um aumento em Setúbal (1.641 participações e uma subida de 4,0 por cento)”, adiantou ainda o responsável policial contactado.

Entre os crimes incluídos na criminalidade violenta e grave destacam-se, em Se-

túbal, os que dizem respeito às violações. Foram 58, o que representa um acréscimo face a 2024 de 5,6 por cento. Também o crime de resistência e coação sobre funcionário aumentou exponencialmente, tendo chegado às 225 participações (subiu 49,9 por cento). Já o roubo na via pública (que não inclui o esticão) chegou às 704 participações e a um acréscimo percentual de 3,4 pontos. O esticão, por sua vez, subiu 2,3 por cento em consequência de 227 delitos registados.

Significativo é também o facto de a criminalidade geral ter atingido o segundo valor mais alto dos últimos dez anos (desde 2016), com 34.55 participações, números que só foram suplantados em 2023, com 35.310 casos reportados. Já a criminalidade violenta obteve o terceiro valor mais expressi-

vo da última década. Os 1.641 reportes apenas foram ultrapassados em 2016 (1.8589 e 2023 (1.684).

DELITOS AUMENTARAM EM NOVE DOS 13 CONCELHOS

Outro indicador a ter em conta nos dados do RASI é o que diz respeito ao crescimento da criminalidade participada em nove dos 13 concelhos do distrito. Até mesmo na maior parte dos concelhos do Alentejo, por norma pacatos, se verificaram aumentos das denúncias, sendo Alcácer do Sal a única exceção.

O concelho com mais casos reportados continua a ser o de Almada, com 6.682 participações. Curiosamente este é, também, um dos locais onde se verificou um decréscimo. Um aspeto não muito valorizado pelas polícias, que enten-

dem ser “uma casualidade não muito relevante e cujos números não devem diferir muito dos do ano anterior”, referem.

O Seixal surge em segundo lugar na lista, com 4.893 e uma tendência de aumento, assim como acontece relativamente a Setúbal (4.220), Barreiro (3.302) e Montijo (2.518). Sesimbra (2.177), Santiago do Cacém (1.115), Sines (1.035), Grândola (741), Alcochete (647) são outras zonas com aumento de participações. A estes dados juntam-se ainda 1.021 por delitos onde não foi possível determinar a área geográfica.

Nos decréscimos, para além dos já referidos casos de Almada e de alcácer do Sal (588 participações) realçam-se também as 2.474 ocorrências de Palmela e as 2.342 da Moita. ■

Criminalidade juvenil grupal preocupa

A criminalidade juvenil grupal é um fenómeno que, de acordo com as polícias, se tem vindo a acentuar nos últimos anos. Tem especiais reflexos nas áreas urbanas mais densas, sendo que o distrito de Setúbal, só atrás de Lisboa, é a segunda zona com mais ocorrências. Os dados constantes do relatório indicam que há cada vez mais registos de lutas por territórios e que os bandos juvenis chegam mesmo a tentar marcar posição e reclamar áreas de intervenção utilizando as redes digitais. “São bandos que se pro-

longam dos bairros para o digital e que chegam a marcar confrontos em zonas como espaços públicos urbanos, áreas comerciais e escolas. As polícias referem até que estes grupos estão a atingir graus de organização que podem ser preocupantes, uma vez que revelam conhecimento dos locais onde podem encontrar os adversários. “Conhecem as rotinas das vítimas e até utilizam nas redes sociais uma música designada por drill e que, resumidamente, é um apelo aos confrontos”, diz o documento.

ALGUNS NÚMEROS DA REGIÃO

Violência doméstica

- 2.056 casos

Ilícitos em ambiente escolar

- 1.212 casos

Violações

- 35 casos

Extorsão sexual

- 88 casos

Turismo cresceu 5,8 por cento na península de Setúbal no ano passado

EM 2025 os nove concelhos da península de Setúbal registaram mais 868 mil dormidas de pessoas não residentes (estrangeiros) face aos números apurados um ano antes. Trata-se de um número recorde para a região e que suplanta largamente o crescimento da média nacional.

De acordo com os números divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o crescimento de dormidas na Península teve um aumento, face ao ano anterior, de 5,8 por cento. Um aumento bem superior aos 0,8 por cento de média apurados no resto do país.

Estes valores demonstram uma tendência de crescimento, a qual se acentuou já em janeiro, altura em que a península contou com mais 45,3 mil hóspedes (mais 4,1 por cento do que em igual período do ano anterior) e que corresponderam a proveitos económicos totais de 12,4 milhões de euros.

Ao todo terão pernoitado nos concelhos de Almada, Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Seixal e Setúbal, 1,6 milhões de pessoas.

Os números relativos ao distrito, refere ainda o INE, poderiam ser mais expressivos caso fossem contadas as dormidas nos quatro concelhos que estão integrados na Entidade Regional de Turismo do Alentejo. Com a contabilidade das dormidas de Grândola, Santiago do Cacém, Alcácer e Sines, esta entidade foi aquela que maior aumento de dormidas teve no país, atingindo as 3,5 milhões.

O mesmo estudo faz igualmente referência às dormidas de nacionais (mercado interno), tendo a península de Setúbal obtido um acréscimo de 3,6 por cento, valor que fica abaixo da média nacional (4,5 por cento). Ainda assim, dormiram nos estabelecimentos hoteleiros da região cerca de 5,4 milhões de residentes.

Os números do INA referem, por fim, que no ano passado foram contabilizadas 82,1 milhões de dormidas em todo o país, tendo sido contabilizados 32,5 milhões de hóspedes em alojamentos turísticos. O mercado externo (estrangeiros) correspondeu a 57 milhões de dormidas. ■

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

Guerra no Médio Oriente pressiona economia regional e lança alerta



A escalada no Médio Oriente está a aumentar os custos dos combustíveis e da energia, deixando indústria e exportadores da região em alerta. Pescas enfrentam a situação mais crítica, enquanto vinhos e os portos de Sines e de Setúbal acompanham com cautela.

A INDÚSTRIA e os setores de exportação no distrito encaram com preocupação, embora ainda sem alarme, as consequências económicas do agravamento da situação no Médio Oriente, sobretudo devido à subida dos combustíveis e dos custos energéticos.

“A situação é muito complexa, mas temos conseguido acompanhar alguns aumentos. Aquilo que se tem sentido é sobretudo o adiamento de algumas decisões e alguns acréscimos de custos, que têm vindo a ser geridos pelas empresas. Tudo dependerá depois quanto tempo é que a guerra se vai manter”, revela ao Semmais Nuno Maia, director geral da Associação da Indústria da Península de Setúbal (AISET).

O responsável admite, no entanto, apreensão quanto ao Estreito de Ormuz, sob forte influência do Irão, e ao risco de a escalada militar provocar uma crise energética na Ásia. “Isto pode ter grandes consequências nos fornecedores asiáticos e é muito preocupante e impactante para as nossas empresas. Recordo que parte das nossas empresas são fortemente exportadoras e dependem destes fornecedores. Basta lembrar o que aconteceu em Taiwan, depois do Covid, em que houve uma crise de semi-condutores para os automóveis e as fábricas estiveram quase paradas”, salienta.

Outro setor relevante na região, o dos vinhos, apesar de ter pouca exposição ao Médio Oriente, sente já os efeitos indiretos. “Vemos algum aumento nos custos de produção e de distribuição. A nossa preocupação está por aí, até porque os aumentos foram muito agressivos sobretudo no preço do gasóleo e isso afeta a comercialização e distribuição das adegas”, sublinha ao nosso jornal Henrique Soares, presidente da Comissão Vitivinícola Regional da Península de Setúbal (CVRPS).

O responsável acrescenta ainda que o setor acompanha a evolução do conflito e poderá vir a sensibilizar o Governo para medidas de apoio. “Isso é uma questão que está a ser trabalhada, mas de momento não temos dados ainda. Dependerá sempre de quanto mais tempo se vai prolongar a guerra e o quanto isso vai afetar os preços dos combustíveis e da energia”, explica.

Pescas com situação mais alarmante Entre as várias atividades, o setor das pescas apresenta o cenário mais crítico, segundo Manuel Cardoso, diretor da Cooperativa de Pesca de Setúbal, Sesimbra e Sines (Sesibal). “O combustível está por preços exorbitantes. Estivemos dois meses praticamente sem pesca, por causa do mau tempo e agora as pessoas confrontam-se com esta situação. Os rendimentos são muito reduzidos ou

nenhuns e o sector já está muito débil e enfraquecido”, reitera.

A pedir mais apoios e sensibilidade do Governo, o responsável sublinha que o aumento do preço do pescado ao consumidor final “não é culpa” dos pescadores. “O pescador não consegue fazer refletir os custos da produção na venda do peixe. Se o combustível aumenta 20 por cento, o pescador não consegue fazer esse aumento porque depois na loja ninguém lhe compra o peixe. O preço final aumenta por causa dos custos de distribuição, no gelo, no manuseamento e esse dinheiro não vem para o pescador”, defende.

Contactados pelo Semmais, os portos de Setúbal e de Sines revelam uma posição semelhante, marcada pela “apreensão” perante o conflito. Ainda assim, sublinham que, apesar da “imprevisibilidade e algumas oscilações”, não há sinais de quebras significativas na atividade. O porto de Setúbal garante, por exemplo, “que não se regista uma quebra estrutural da carga movimentada”. Já em Sines, a administração refere que “não se verificam”, para já, “alterações estruturais nas cargas movimentadas e no abastecimento desta tipologia”, nomeadamente no fornecimento de combustíveis fósseis e gás. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Pesca artesanal na região de Setúbal não ganha para os gastos

SÃO MAIS de 600 os pescadores que na zona de Setúbal, andam há meses a trabalhar “para aquecer”. O valor das capturas, dizem, não dá para pagar as despesas de ir ao mar. Muitos já deixaram de o fazer diariamente, tentando racionar os gastos do combustível. O Semmais foi conhecer uma realidade praticamente desconhecida e que, dizem, está a manter as embarcações acostadas ou em terra, até porque se o preço da gasolina e do gasóleo tem subido, o mesmo não se passa com o do pescado vendido nas lotas.

“Pode ser que daqui por uns tempos o peixe volte a olhar prá gente, mas agora, conforme está, quase ninguém ganha para comer. Saímos ao mar e, quando voltamos, o que trazemos nem sempre dá para pagar as despesas”. Quem o diz é Daniel Ferreira, presidente da Associação de Pesca Artesanal

de Setúbal. “Vamos ao mar, mas quase sempre a pensarmos que a despesa que vamos ter com o combustível não chega para cobrir o que trazemos. Estes são tempos muito difíceis e que estão a afetar toda a comunidade, todas as famílias entre a Carrasqueira, as Praias do Sado e o Faralhão”, acrescenta.

O mesmo responsável diz que ir ao mar custa, atualmente e em cada saída, cerca de 100 a 150 euros: “Somos dois ou três camaradas em cada barco. Muitas vezes o que se gasta em gasóleo não dá para as despesas, mesmo tendo em conta que podemos comprar do ‘verde’, que é mais barato. Mas se for gasolina, que é preciso o dobro, então é que as contas abanam. O que fazemos quando ao final do dia o trabalho não rende? Pensamos que amanhã pode ser melhor. É essa a nossa vida. Tem sido sempre assim”.



Os subsídios parecem ser, nesta época de “mar magrinho” a palavra de esperança para todos os pescadores. No entanto, diz Daniel Ferreira, “andamos todos à espera que o dinheiro chegue”. “Há dias em que não há empresas (que não se vai ao mar). Há muita gente que faz contas e que prefere ir de dois em dois dias do

que ir sempre. Já sabemos que o que podemos pescar não dá, na maior parte das vezes, para as despesas. Evitamos assim estar a gastar o que não temos, até porque os subsídios não dão para quase nada”, diz.

“Aqui na zona de Setúbal são mais de 100 embarcações que andam a trabalhar aos so-

luços. E não falo das que utilizam a ganchorra, porque isso é uma pesca diferente, mas apenas das do tresmalho e da rede de um pano. As dificuldades são muito grandes e pioraram porque a melhor parte da época foi estragada pelos grandes vendavais que vieram em fevereiro”, refere Daniel Ferreira. As capturas do choco e do linguado, espécies que por hábito garantiam a subsistência nesta época do ano, continuam bem distantes do que seria normal. “Nas lotas o peixe continua a ser negociado aos preços antigos, mas nós, os pescadores, temos despesas cada vez maiores. O que nos pagam não acompanha o aumento dos combustíveis e estamos todos a trabalhar para aquecer. Isso não vale a pena. Ninguém quer trabalhar para aquecer”.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

PUBLICIDADE

Estaleiros navais da Mitrena passam para a gestão do porto de Setúbal

A Administração portuária deverá assegurar a condução do processo de lançamento do novo concurso público internacional para a exploração daquela infraestrutura.

O GOVERNO decidiu transferir para a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) a gestão da área onde se localizam os estaleiros navais da Mitrena, no concelho de Setúbal, através do Decreto-Lei n.º 80/2026, publicado na última sexta-feira.

A medida prevê a afetação da parcela de domínio público do Estado à autoridade portuária e a transferência da posição de concedente, reforçando o enquadramento institucional desta infraestrutura estratégica, concessionada até 2027 à Lisnave.

“A valorização desta área vai agregar e potenciar valências, civis e militares, criando condições para a instalação de novas atividades industriais e tecnológicas associadas ao setor naval, para além da reparação e manutenção, tais como a segurança e defesa, o desmantelamento ecológico de navios, a construção de embarcações técnicas avançadas e de pla-

taformas e componentes para parques eólicos offshore”, destaca a APSS, em comunicado enviado à nossa redação.

De acordo com a mesma entidade, a integração desta área na sua esfera de gestão permitirá “uma abordagem mais coerente e articulada com a estratégia portuária”, potenciando “sinergias entre as atividades portuárias, logísticas e industriais” e assim reforçar o “posicionamento do Porto de Setúbal como plataforma logística e industrial de referência”.

“O futuro procedimento concursal deverá promover a atração de investimento, a criação de emprego qualificado e o eventual alargamento das atividades desenvolvidas na Mitrena, num contexto de crescente relevância do setor naval à escala europeia”, acrescenta a APSS.

Com a concessão em curso naqueles estaleiros desde 2000, a Lisnave é uma das principais interessadas no concurso a ser lançado futuramente pela APSS,



IMAGEM DR

tendo manifestado, desde 2024, o interesse em manter ali a sua atividade ao Governo.

Nesse mesmo ano, a empresa anunciou uma estratégia ambiciosa assente em princípios associados à economia azul, economia verde e economia circular. O investimento ligado, áreas como a reparação naval, construção de equipamentos para energias renováveis offshore e reciclagem naval responsável, rondará os 200 milhões de euros, mas que pode chegar aos 400, com todo o plano de expansão da área de negócio previsto.

Em setembro do ano passado, em entrevista ao nosso jornal, Luís Braga, diretor comercial da Lisnave, reforçou o interesse da entidade em renovar a concessão, revelando que a mesma tinha também desejo de retomar a construção naval naquele complexo. A empresa quer também assegurar a capacidade para acolher projetos da Marinha Portuguesa, tendo em conta o atual contexto político e o crescente investimento no reforço das infraestruturas e equipamentos militares europeus. ■

TEXTO DAVID MARCOS

SESIMBRA

LIBERDADE,
QUE DA LIBERDADE
TUO OSO GÃO TEM
3 ANOS E VONTADE

25
ABRIL
1974 - 2026

CANÇÃO DE ZÉ MÁRIO BRANCO, A GARDIA NÃO

DIA **24** | SEX | 22H
MÚSICA
JOANA ALMEIRANTE
Palco da Festa das Chagas, Sesimbra

DIA **25** | SÁB
21.30H
MÚSICA
À VARIACÕES
Parque da Vila, Quinta do Conde

22H
MÚSICA
MÁRIO MATA
Palco da Festa das Chagas, Sesimbra

SESIMBRA PT

PUBLICIDADE

TERMINAL FLUVIAL E DEMOLIÇÃO DE BAIRRO CLANDESTINO ENTRE OS PRINCIPAIS PROJETOS

Moita quer crescer económica e socialmente ao abrigo do PTRR

Autarca da península elogia obras solicitadas pela CCDR-LVT, mas lamenta que as mesmas tenham um prazo de execução demasiado longo, lembrando que algumas já poderiam estar concluídas caso tivesse existido “vontade política”. Previsto um cais fluvial, o fim de um bairro clandestino, uma ciclovia, estradas e desassoreamento do Tejo.

TEXTO JOSÉ BENTO AMARO

CRIAR UM TERMINAL fluvial, desenvolver um novo parque verde num espaço atualmente ilegalmente utilizado como zona de segundas habitações ou construir acessos rodoviários que aproximem concelhos são apenas alguns dos projetos que, num período máximo de dez anos, poderão surgir no concelho da Moita. São sugestões de empreendimentos estruturais que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) pediu a um conjunto de 52 municípios, onde se incluem os nove da península de Setúbal. Uma ideia que os autarcas locais aplaudem, porque lhes permite fazer obra no âmbito do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR), mas que ao mesmo tempo lamentam a execução tardia, acentuando desse modo problemas ambientais e de mobilidade, entre outros.

“O tempo de refletir já passou. Agora é tempo de agir. Já chega de estudos, pareceres e opiniões e é preciso começar a agir”, sintetizou ao Semmais o presidente da câmara da Moita, Carlos Albino, quando instado a comentar os projetos estruturantes apresentados pelo seu município. “Na verdade não sabemos quando é que estes projetos estarão concluídos e qual o seu custo. O que sabemos é que são ideias há muito defendidas e reclamadas e cuja execução, em muitos casos, já deveria ter sido concluída”, acrescentou.

Falando sobre as propostas sugeridas pela autarquia, Carlos Albino começou por dar um exemplo que, em seu entender, revela toda a “inexplicável” morosidade na execução. “O projeto de constru-

ção do Terminal Fluvial da Moita foi aprovado e inscrito quando António Costa ainda era primeiro ministro. Até se avançou com o montante de três milhões para o começar a desenvolver. É uma obra da máxima importância para toda a região, não só porque finalmente poderá existir uma ligação direta entre o concelho e Lisboa, mas também porque é de grande relevância em termos ambientais, permitindo uma redução significativa de transportes privados e diminuindo os tempos de circulação. No entanto dizem-nos que, talvez, só daqui por dez anos possa estar concluído e isso leva-nos a lamentar todo o tempo já perdido e os custos para toda a população que se vão somando”, referiu.

No encontro que alguns autarcas mantiveram na passada semana com a presidente da CCDR-LVT, Teresa Almeida, o município da Moita deu ainda conta da urgência de uma intervenção, por parte do Estado, numa zona ribeirinha denominada Quinta dos Morgados, onde há anos florescem habitações e outras construções clandestinas.

“Trata-se de uma área enorme que confina com o concelho do Barreiro. É o prolongamento do atual Parque José Afonso e que é constituído por alguns terrenos de particulares e, sobretudo do Estado, através da Agência Portuguesa do Ambiente e da Administração do Porto de Lisboa”, disse Carlos Albino. “Construíram-se ali, há muitos anos, segundas habitações e edifícios de apoio a atividades como a pesca e a agricultura. Muitas pessoas nem são da Moita. Vieram do Barreiro, do Montijo e até



Responder às tempestades e transformar o território

A presidente da CCDR-LVT, Teresa Almeida, disse ao Semmais que os projetos solicitados a todos os municípios são, preferencialmente, de cariz intermunicipal e deverão assentar em áreas como mobilidade, segurança hídrica, apoio social, habitação e competitividade económica. “Pedimos a todos os municípios que integram o programa que nos apresentassem projetos que fossem prioritários também na sequência dos danos causados pelas tempestades do início do ano”, referiu. Teresa Almeida, dando um exemplo do que pode ser uma boa articulação intermunicipal, referiu o projeto do novo Hospital do Seixal. Salientou, no entanto, que existem outros que podem e devem ser apreciados devido à sua dimensão e interesse social e económico, como sejam os que fazem referência ao polo industrial, ao reforço dos sistemas de abastecimento de água, à construção e recuperação de habitação. “Temos também projetos como os que dizem respeito à modernização do porto de Setúbal e criação de acessibilidades, ou ainda os que se referem a trabalhos nos parques escolares”, adiantou. Salientando que estes projetos terão sempre de corresponder a uma “transformação estrutural do território”, a responsável da CCDR-LVT lembrou, por fim, que a recolha dos projetos é apenas uma espécie de agenda com a qual o Governo irá trabalhar no futuro, sendo sua exclusiva competência a decisão final sobre o que será feito.

de Lisboa. É tudo clandestino e só aconteceu porque, se calhar, durante muito tempo, não houve vontade política para reverter a situação. A câmara da Moita, que em julho do ano passado fez um levantamento do número de edifícios e de pessoas que ali se encontram, não tem capacidade financeira nem autonomia legal para tratar do assunto, mas o Estado tem a obrigação de por termo a este problema. A rentabilização da área poderá ser facilitada através do PTRR”, afirmou.

Sempre com o Tejo como referência, Carlos Albino deu também conta da necessidade urgente de se proceder ao desassoreamento de diversos trechos, não só para facilitar a futura circulação de embarcações de transporte de passageiros, mas também para melhorar as condições dos pescadores locais e dos operadores turísticos: “O concelho tem 70 mil habitantes. É um daqueles onde ainda é possível atrair gente e negócios mercê de custos acessíveis da habitação. Se forem criadas condições de mobilidade, nomeadamente através do rio, mas também por estrada, como é o caso da ligação entre sarilhos Pequenos (Moita) e Sarilhos Grandes (Montijo), tudo se tornará mais apelativo”.

O autarca referiu, por fim, um outro projeto que considera fundamental em termos ambientais e de acessibilidades. Trata-se da construção de uma ciclovia entre a Moita e a antiga estação ferroviária do Montijo, que deverá ter uma extensão de cerca de dez quilómetros. “Será uma mais-valia não apenas em termos turísticos e de lazer, mas também para quem tem de se deslocar diariamente entre os dois concelhos”, disse. ■

OIL Poceirão-Mareteca concluída após investimento superior a 6,6 milhões de euros

FOI DADA como concluída a Operação Integrada Local (OIL) Poceirão-Mareteca, uma iniciativa que, promovida pela câmara de Palmela desde 2022, integrou o Plano de Apoio às Comunidades

Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa.

Financiada pelo PRR, permitiu um investimento superior a 6,6 milhões de euros, num projeto que incluiu 60 ações dirigidas aos desafios sociais, económicos

e territoriais naquela freguesia. Destacaram-se os investimentos de requalificação de espaços públicos e na área da educação, além de intervenções imateriais, como iniciativas de inclusão social e capacitação da população.

Na questão material, salienta-se a ampliação da rede de esgotos domésticos em Cajados, o reforço e remodelação da rede de abastecimento de água (Forninho, Asseiceira e Fernando Pó), requalificação e eficiência

energética do Centro Cultural de Poceirão. Na área da Educação, foram adotadas ações com equipamentos inovadores, como o Laboratório Ambiental ou o STEAM Lab, na Escola José Saramago, e o Maker Space, no Centro Cultural de Poceirão (os dois últimos desenvolvidos em parceria com a Universidade de Aveiro). ■

TEXTO DAVID MARCOS

Grândola inicia processo de nova revisão do Plano Diretor Municipal

Entre os procedimentos está a reclassificação de solo rústico em urbano de dois terrenos, um na freguesia de Melides e outro em Azinheira de Barros e São Mamede do Sadão.

MENOS de dois anos após a entrada em vigor, o atual Plano Diretor Municipal (PDM) de Grândola vai voltar a ser revisto. Por decisão do novo executivo autárquico, já estão em curso os primeiros procedimentos para alterar este instrumento de gestão territorial.

Termina esta sexta-feira, por exemplo, o período de participação pública preventiva relativo à reclassificação de dois terrenos de solo rústico para urbano, localizados nas freguesias de Melides e de Azinheira dos Barros e São Mamede do Sadão. “No terreno de Melides, trata-se de um loteamento municipal, para a construção de 120 fogos, cujo financiamento ainda não está definido, se será com recursos da câmara, candidatura a algum tipo de mecanismo ou comunitário; já em Azinheira dos Barros trata-se de 27 habitações ao abrigo da Bolsa de Alojamento Temporário e é um investimento privado”, explica ao Semmais Luís Vital Alexandre, presidente da câmara de Grândola.

Com mais de duas centenas de fogos no parque habitacional



público, o autarca sublinha que a prioridade passa por criar condições para disponibilizar habitação “destinada a custo acessível”. “Neste momento, a prioridade não é habitação social, porque o nosso parque habitacional é inteiramente composto por esse tipo de casas. Temos de dar resposta à procura que já existe,

fruto do turismo, mas também permitir a diversificação das atividades económicas e a fixação de outro tipo de mão de obra. Não nos podemos esquecer das forças de segurança, de socorro, professores e profissionais de saúde”, acrescenta.

PDM não previu pressão imobiliária e turística

Aprovado pelo anterior executivo, o atual PDM entrou originalmente em vigor em 2017, tendo sido suspenso em 2022 para dar lugar a uma versão atualizada, concluída em 2024. O atual presidente considera, contudo, que o documento continua a não salvaguardar os interesses do município. “Sempre conside-

rei que o documento base não previu tudo o que era necessário suportar, o que se veio a confirmar com a procura imobiliária e turística neste território. Foi um desenvolvimento muito intenso. A câmara criou um problema a si própria. Só para as pessoas terem a noção, o PDM só foi suspenso em 2022 porque já havia Pedidos de Informação Prévia favoráveis na ordem das 21 mil camas turísticas, quando o PDM só permitia apenas 14 915”, revela Luís Vital Alexandre.

No âmbito do novo processo de revisão, está em elaboração um “relatório do estado do ordenamento do território”, que será submetido a consulta pública e votação nos órgãos municipais, bem como uma ferramenta digital para monitorizar o número de camas turísticas no concelho. “O PDM em vigor permite 17 200 camas, a que se juntam as dos direitos pré-adquiridos, de empreendimentos anteriores ao atual PDM, pelo que devemos ter entre 26 mil a 27 mil camas. De momento, entre o que está construído, em construção ou aprovado, estaremos na ordem das 12 mil camas”, explica o presidente. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Requalificação da Estrada da Floresta em Sines custa mais de 2,6 milhões

Intervenção decorre entre a Estrada da Costa do Norte e a Avenida Dom Pedro I, abrangendo uma das principais vias de acesso à cidade.

DECORRE até 30 de abril o concurso público para a execução da terceira fase da empreitada de requalificação da Estrada da Floresta, no concelho de Sines. O procedimento, lançado recentemente pelo município, tem um preço base de 2.641.500 euros.

Em declarações ao Semmais, o presidente da câmara, Álvaro Beijinha, destaca a importância estratégica desta via para o concelho e a necessidade “prioritária” de avançar com a intervenção. “Trata-se de uma estrada que é utilizada por muitas pessoas, seja por aquelas que estão a aceder à cidade de Sines, quer

por aquelas que se deslocam da cidade para aquela zona, onde estão concentrados vários supermercados. Muitas pessoas vão, inclusive, a pé ou até de bicicleta, portanto é uma via absolutamente estruturante do ponto de vista para a cidade”, sublinha.

A empreitada pretende, segundo o edil, “proporcionar uma ligação segura” a todos os utilizadores, sejam automobilistas, peões ou ciclistas. Está prevista a construção de passeios e ciclovias, bem como nova arborização, rede de drenagem de águas pluviais, sistema de rega, sinalização e o enterramento das infraestrutu-



ras elétricas e de telecomunicações.

A área de intervenção estende-se desde o cruzamento da Estrada da Floresta com a Estrada da Costa do Norte até ao cruzamento da Avenida General Humberto Delgado com a Avenida Dom Pedro I.

Questionado sobre o financiamento, Álvaro Beijinha

explica que a obra foi candidada a fundos comunitários, no âmbito de um protocolo estabelecido em 2024 entre a CCDR Alentejo e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL), que permite aos municípios da região aceder a verbas europeias, com conclusão dos projetos prevista até 2027.

“Surpreendentemente, a câmara, no meio deste quadro comunitário, não tinha feito qualquer candidatura e nós estamos a tentar acelerar todos os processos para não perder essas verbas. Para o município de Sines, por exemplo, foi alocada uma verba de 13 milhões de euros e só agora é que lançamos uma candidatura, com este novo executivo”, critica o autarca eleito em outubro.

“A única coisa boa que podemos dizer do anterior executivo, neste caso, é que deixou muito projeto feito. Sobre a Estrada da Floresta, como em muitos outros casos, estava na gaveta há algum tempo e nunca foi lançado. O projeto é basicamente o mesmo, mas tivemos de rever preços e condições para avançar definitivamente com a obra”, acrescenta. ■

TEXTO DAVID MARCOS

IMAGEM DR



Estrada entre Albarquel e a Gávea já foi reaberta

A CÂMARA de Setúbal reabriu na terça-feira a estrada entre a praia de Albarquel e a Gávea, em plena Serra da Arrábida, que se encontrava encerrada há mês e meio devido às tempestades que assolaram todo o território nacional.

De acordo com a presidente do município, Maria das Dores Meira, o “esforço conjunto” da autarquia, dos Serviços Municipalizados e as Infraestruturas de Portugal, permitiu desenvolver os trabalhos de limpeza e a remoção de “139 toneladas de resíduos verdes” para assegurar a “rápida reabertura da circulação automóvel” daquele troço da Estrada Nacional (EN)10-4.

Uma das principais preocupações da edil sadina centrava-se com o principal acesso ao Hospital do Outão que, desde o encerramento do troço entre a Praia da Albarquel e o entroncamento da Gávea, tinha de ser feito de forma mais longa através das estradas N10 e N10-4, passando por Aldeia Grande e só depois pela Rasca e a fábrica da Secil.

Questionada pelos jornalistas, a presidente da autarquia admitiu ainda não haver um balanço final dos custos das intervenções, mas garantiu que serão “muitas centenas de milhares de euros”.

Apesar desta reabertura, Maria das Dores Meira assinalou que existem ainda outras vias na Arrábida que permanecem condicionada ou encerradas, como o troço entre o Hospital do Outão e a praia da Figueirinha.

“Está feito o levantamento das intervenções a realizar. Aguardamos agora o orçamento de uma empresa da especialidade para a intervenção, que deve ser entregue depois da Páscoa. Caíram muitas pedras e o sistema de proteção está em tensão, podendo ceder”, disse a autarca.

Sem qualquer tipo de previsão de reabertura continua a estrada entre as praias da Figueirinha e de Galapos, ameaçada pelo risco de queda de um bloco rochoso. “Esse trajeto continua a estar encerrado à circulação pedonal e rodoviária. Neste momento, está a decorrer o estudo por uma empresa da especialidade, para avaliar tecnicamente a questão e apontar a forma de resolução. No final de junho já deverá estar concluído”, revelou Dores Meira.

O referido troço, que integra a Nacional 379-1 e que dá acesso ao Portinho da Arrábida, após a Praia da Figueirinha, está encerrado desde fevereiro de 2023, altura em que foi identificado o bloco rochoso solto, em risco de ruir, com um peso calculado em mais de mil toneladas. Em janeiro, a autarca anunciou que tinha sido assinado um protocolo entre o município, o Ministério do Ambiente, a Secil, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Agência Portuguesa do Ambiente para se avançar com o estudo geológico e geotécnico, atualmente em curso, e assim encontrarem-se soluções para esta questão. ■

TEXTO DAVID MARCOS

PUBLICIDADE



Experiências Náuticas Privadas no Sado, Arrábida e Atlântico



A **À Vela Passeios Lda.** é uma empresa de animação turística registada no Turismo de Portugal e Turismo de Natureza (n.º 1609/2016), autorizada pelo ICNF para a observação de cetáceos no Estuário do Sado. A sua atividade desenvolve-se entre **Setúbal, Tróia e Sesimbra**, em cenários naturais de exceção.

Especializada em **passeios exclusivamente privados**, a À Vela oferece experiências totalmente personalizadas a bordo de um **veleiro** (até 8 pessoas) ou de um **catamarã** (até 18 pessoas), recorrendo à embarcação tradicional para grupos de maior dimensão.

Cada passeio é desenhado à medida do cliente, podendo incluir **velejar ao sabor do vento, observação de golfinhos no seu habitat natural, paragens nas praias da Arrábida para mergulhos e Stand Paddle, Sunsets no mar, almoços ou jantares a bordo** e até **dormidas a bordo**.

A empresa organiza ainda **despedidas de solteiro/a, pedidos**



de casamento, aniversários e ações de team building para empresas, como regatas e atividades de cooperação náutica, promovendo o espírito de equipa num ambiente único. Com funcionamento **durante todo o ano**, a À Vela Passeios convida-o a viver o mar de forma autêntica, exclusiva e memorável.

Bons Ventos!

Contactos:

À Vela Passeios

📞 **Telemóvel:** +351 966 178 529

✉️ **E-mail:** avelapasseios@gmail.com

🌐 **Site:** www.avelapasseios.com

📘 **Facebook:** AVelaPasseios

📷 **Instagram:** @avelapasseios

★ **Tripadvisor:** A Vela Passeios - Setúbal 🇵🇹



PUBLICIDADE

DIGITAL
sem mais



TUDO EM
semmais.pt
Informação segura e confirmada.
24 HORAS POR DIA

ETERMAR ENERGIA INTEGRA EXPANSÃO DO MAIOR DATA CENTRE EM OPERAÇÃO EM PORTUGAL

Energia e infraestruturas digitais ganham mega dimensão em Sines

TEXTO ANABELA VENTURA

A ETERMAR Energia, empresa portuguesa de engenharia marítima e fabrico de estruturas para o setor energético, assinou um contrato com a Energetus – Instalações Industriais, S.A., para participar na expansão do data centre SIN01, primeira fase do megaprojeto Data Centre Sines 4.0 (SINES DC), liderado pela Start Campus.

O contrato prevê a montagem de 14 módulos de energia de emergência, concebidos para operar com combustíveis renováveis, nomeadamente Hydrotreated Vegetable Oil (HVO), contribuindo para uma solução de reserva de baixa emissão. Com esta intervenção, a capacidade do centro de dados será aumentada para 33 MW, tornando-o no maior em operação em Portugal.



IMAGEM DR

A empreitada representa um ponto de viragem para a Etermar, ao alargar a sua atuação no setor energético para áreas de maior complexidade técnica, nomeadamente a integração e montagem elétrica e mecânica de módulos de energia. Esta valência complementa a experiência da empresa na prefabricação de estruturas de aço e betão armado.

A proximidade das instalações industriais da Etermar ao campus de Sines, aliada a boas ligações rodoviárias e marítimas, é apontada como um fator determinante para a eficiência logística e operacional do projeto.

“Este contrato é um marco fundamental. Estamos muito orgulhosos com esta oportunidade e por podermos contribuir

para um projeto tão importante para o futuro tecnológico de Portugal”, afirma Luís Machado, diretor executivo da Etermar Energia. E acrescenta: “Encaramos este desafio com grande sentido de responsabilidade e como uma excelente oportunidade para demonstrar a qualidade da nossa engenharia, bem como a nossa capacidade de execução num contexto que aporta um potencial tão transformador para o país.”

Também a Energetus destaca a relevância da parceria. “A colaboração com a Etermar deixou-nos muito satisfeitos. A seleção dos fornecedores é extremamente importante para nós, sobretudo porque este cliente específico atribui grande valor a uma execução rigorosa e atempada. Com o apoio da Etermar, pretendemos corresponder plenamente

a essas elevadas exigências”, sublinha Bruno Lourenço, diretor comercial da empresa.

O Data Centre Sines 4.0 integra-se num contexto de forte investimento na região, que se afirma como um dos principais hubs digitais europeus. O projeto da Start Campus representa o maior investimento alguma vez realizado em Portugal, com cerca de 10 mil milhões já confirmados, aos quais acrescem investimentos adicionais de utilizadores finais como a Nscale e a Microsoft. Será também a primeira vez que os GPUs Blackwell, da norte-americana NVIDIA, serão implementados na Europa.

A expansão do SIN01 constitui a primeira etapa de um plano mais abrangente. A segunda fase, SIN02, com uma capacidade prevista de 180 MW, deverá arrancar ainda em 2026. ■

TRIVALOR
Servimos bem-estar.
www.trivalor.pt

FOOD SERVICES

- Restauração Coletiva
- Restauração Pública e Catering de Eventos
- Vending

LOGISTICS AND DISTRIBUTION

- Representações e Logística
- Produção Alimentar
- Produção Industrial

FACILITY SERVICES

- Segurança Humana e Eletrónica
- Limpeza
- Benefícios e Incentivos
- Manutenção e Gestão de Facilities
- Gestão Documental
- Trabalho Temporário e Outsourcing

MANAGEMENT AND SERVICES

- Gestão Integrada de Serviços
- Serviços Partilhados
- Saúde e Segurança no Trabalho

Visite-nos!

PUBLICIDADE

CAMPEONATO NACIONAL DE CLUBES REGRESSA APÓS INTERREGNO DE 15 ANOS

Caparica Surf Fest coloca ondas da Caparica na montra nacional

Organização espera a participação de cerca de 500 surfistas. Além do Nacional de Clubes, realiza-se o Circuito ASCC Super Grom, a 1.ª etapa do Campeonato Nacional de Sub-18 e o Circuito Regional de Surf da Grande Lisboa.

TEXTO DAVID MARCOS

AS ONDAS da Costa da Caparica vão estar na montra nacional do Surf, com a realização do Caparica Surf Fest, que decorre entre esta sexta-feira e o dia 12 de abril, na Praia do Paraíso.

A grande novidade deste ano é o regresso do Campeonato Nacional de Clubes de Surf, depois de um interregno de 15 anos, que

acontecerá entre os dias 10 a 12. “É um momento muito importante e os clubes estão muito motivados, porque vão transmitir a cultura do desporto. Acho que é um dos eventos mais importantes para a modalidades, porque além da competição, acredito que irá alavancar a formação dos nossos atletas”, sublinha ao Semmais, Miguel Gomes, presidente da Associação de Surf da Costa da Caparica (ASCC), en-

tidade organizadora técnica do evento, promovido pela câmara de Almada em parceria com a Federação Portuguesa de Surf.

Em competição, de acordo com a organização, vão estar clubes de várias regiões do país a disputar as provas em formato de double elimination, com equipas compostas por quatro atletas, nomeadamente Open Masculino, Open Feminino, Master +40 e Júnior Sub-18.

Além do Campeonato Nacional de Clubes, o certame contará ainda com o Circuito ASCC Super Grom, a 1.ª etapa do Campeonato Nacional de Sub-18 e o Circuito Regional de Surf da Grande Lisboa, nos escalões de sub-12, sub-14 e sub-16. “A nossa previsão é que participem entre 400 a 500 surfistas. Vai ser um evento de uma enorme dimensão, com transmissão em direto e acredito que o tem-

po vai estar bom, logo vamos ter todas as condições reunidas para que a competição decorra em perfeitas condições”, salienta Miguel Gomes.

QUATRO DÉCADAS AO SERVIÇO DA MODALIDADE

A promoção deste evento é demonstrativa, segundo o referido responsável, da qualidade das ondas da Costa da Caparica. “Desde a Cova do Vapor à Fonte da Telha, até mesmo ao Cabo, temos sítios onde há boas ondas. A Costa talvez seja dos melhores sítios, por exemplo, para iniciação. Na minha opinião, a nível de consistência do mar, dos fundos de areia e das ondas, a Costa da Caparica é talvez dos melhores sítios para surfar na Grande Lisboa”, considera.

Além disso, para Miguel Gomes este tipo de iniciativas reforça também o trabalho que tem sido realizado pela ASCC há quase 40 anos em prol da modalidade e da localidade, em especial na formação de atletas e promoção da ação social. “Temos desde miúdos pequenos, com oito anos, até à competição e queremos sempre crescer e alargar a nossa base de talentos. Temos por exemplo um projeto, o “Surf no Bairro”, que tem quatro anos, com alunos do Agrupamento de Escolas do Miradouro de Alfanzina e que, todos os anos, permite-nos dar aulas a 120 miúdos. O nosso objetivo é criar atletas e ajudá-los. As coisas têm corrido muito bem e queremos alargar esse projeto a mais escolas do concelho”, destaca o responsável. ■

Clube Judo do Montijo ‘soma’ três campeãs nacionais de sub-23

Roxana Botezatu, Daniela Freitas e Sara Barradas subiram ao lugar mais alto do pódio. Mariana Serrão também esteve em evidência e conquistou a medalha de bronze.

O CLUBE Judo do Montijo (CJM) teve uma prestação de destaque no Campeonato Nacional de Sub-23, realizado em Viseu, no dia 21 de março, ao conquistar três títulos nacionais e uma medalha de bronze.

As novas campeãs nacionais foram Roxana Botezatu (-52 kg), Daniela Freitas (-70 kg) e Sara Barradas (-78 kg). Mariana Serrão (-70 kg) alcançou o terceiro lugar, assegurando a medalha de bronze.

“A ideia era que as mais jovens fossem rodar um pouco com as mais velhas, ganhar experiência num escalão acima. A única que era sub-23 era a Ma-

riana Ferrão, que já não competia há três anos. Pelo meio teve uma cirurgia ao ombro e, além disso, está no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. A ideia era a mesma: levá-la a competir, porque é o último ano dela neste escalão e sempre foi uma atleta de referência para nós. Não tínhamos resultados definidos à partida para a competição, apesar de haver alguma esperança de ver a Sara e a Mariana no pódio”, sublinha ao Semmais o mestre Jorge Bernardes.

Orgulhoso dos resultados, o responsável considera, no

entanto, que a menor pressão inicial poderá ter beneficiado o desempenho das atletas.

“Não lhes quero retirar mérito, mas elas beneficiaram um pouco do facto de serem outsiders, de não estarem no lote das favoritas. À medida que os combates foram acontecendo, foram ganhando mais confiança. Fiquei com a sensação de que estavam super focadas e determinadas e, viesse quem viesse, acabariam por vencer”, refere o mestre montijense.

Os resultados das judocas do CJM colocaram o clube na liderança do medalheiro da competição. Para Jorge Ber-



nardes, trata-se do reflexo do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos.

“Os resultados que estamos a alcançar espelham toda a dedicação e esforço que temos vindo a fazer há vários anos. Estas atletas, por exemplo, estão comigo há cinco anos. Isso demonstra que conseguimos dar condições para evoluírem e crescerem como atletas. É também um motivo de orgulho conseguirmos rivalizar e competir com os principais clubes do judo nacional”,

acrescenta o responsável, que já aponta atenções aos Campeonatos Nacionais de Juvenis e Seniores e à Taça da Europa de Cadetes.

De referir ainda que, em janeiro, o Clube Judo do Montijo conquistou o título nacional por equipas no escalão de cadetes, com uma formação composta por Eduardo Dias, Ricardo Saraiva, Afonso Rosa, Leonardo Silva, Tiago Dias e Gustavo Teixeira. ■

TEXTO DAVID MARCOS

“EM ALTO MAR” EM CENA NA A GRÁFICA – CENTRO DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA

TAS promove ciclo de Slawomir Mrozek para ‘combater ignorância’

Estrutura sadina prevê ainda, para breve, o lançamento da adaptação teatral do texto “Revolução” e, em outubro, a estreia da peça “Os Imigrantes”.

TEXTO DAVID MARCOS

“EM ALTO MAR”, em cena na A Gráfica – Centro de Criação Artística entre os dias 9, 10 e 11 deste mês é a primeira iniciativa do Teatro de Animação de Setúbal (TAS) no âmbito do ciclo que, este ano, decidiu dedicar ao dramaturgo polaco Slawomir Mrozek.

Com um registo associado ao humor negro, sarcástico e catalogado como forma de teatro mais ligada ao absurdo, a escolha deste autor pretende ser um ponto de partida para refletir sobre a sociedade dos dias de hoje. “É através de Mrozek que vamos promover uma reflexão sobre a condição humana e sobre esta sociedade egocêntrica e tão dividida. Ao mesmo tempo é também um combate contra a ignorância, que talvez seja a maior tragédia humana”, explica ao Semmais Duarte Victor, encenador de “Em Alto Mar” e diretor artístico do TAS.

Nesse sentido, além do espetáculo que estreou no passado dia 26, também em Setúbal, a companhia, de acordo com o mesmo responsável, promoverá brevemente a adaptação teatral do texto



“Revolução” e depois, em outubro, estreia a peça “Os Imigrantes”.

“Mrozek é uma referência não só em termos literários, mas também como um forte crítico dos regimes autoritários. Ele viveu no pós-guerra, quando a

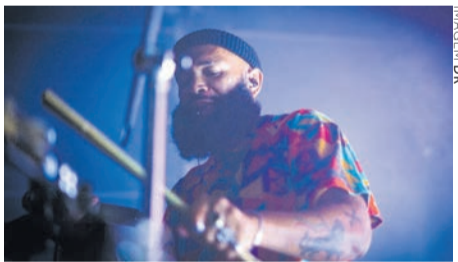
União Soviética estendeu a sua influência por todo aquele bloco. O próprio regime polaco, onde ele viveu, era severo. E ele através dos seus textos sarcásticos levantou várias questões. Acho que é a altura ideal para o trazer ao nosso re-

portório, face ao momento que todos estamos a viver”, acrescenta Duarte Victor.

TRÊS NAUFRAGOS E VÁRIOS JOGOS DE PODER

O autor polaco não é de todo estranho ao TAS, já que nos anos 80 a companhia tinha tentado apresentar um espetáculo teatral sobre este texto, que conta a viagem de uma jangada à deriva onde três naufragos enfrentam o dilema da comida ter acabado. “Nessa peça entrariam o Carlos César, o Nuno Melo, o Alexandre Sousa, o Asdrúbal Teles e o Carlos Rodrigues (Manuel Bola), que seriam encenados por mim. Chegámos a ensaiar um mês na piscina do Montalvão e a jangada era feita de bidons e, talvez pela ferrugem, estavam a alterar a qualidade da água e o diretor da piscina não nos deixou estreiar o espetáculo. O próprio Carlos César, um dos fundadores e responsável pela companhia, acabou por desistir da ideia”, conta o diretor artístico.

Na peça agora em cena, o público é colocado no centro da ação e dentro de um ambiente imersivo onde se acompanha a difícil viagem dos três personagens desta narrativa: o gordo, o médio e o pequeno. “Vamos perceber o que nós somos capazes de fazer para nos sobrepormos, para sobrevivermos relativamente aos outros. O cenário vai permitir fisicamente envolver as pessoas neste mar de absurdos, no mar da luta pelo poder. Mrozek é mordaz e leva-nos a perceber como a democracia é, muitas vezes, alterada para servir interesses individuais ou corporativos”, conclui Duarte Victor. ■



Festival “Juntos por Porto de Brandão” promove solidariedade artística

Cartaz reúne nomes, entre outros, como Benjamim, João Maia Ferreira, Samuel Úria, TNT e Xullaji.

O AUDITÓRIO Costa da Caparica acolhe o festival solidário “Juntos por Porto de Brandão”, uma iniciativa que, promovida pela produtora Produções Hipotéticas em parceria com a Associação Gandaia, pretende ajudar as populações afetadas pelas intempéries de fevereiro, naquela localidade do concelho de Almada.

“Pela minha ligação a Almada, ao Porto de Brandão, já estava sensibilizado para esta situação. Enquanto artista individual e responsável pela produtora, sempre quis que a nossa editora tivesse uma consciência social para apoiar artistas que não têm tanta projeção, mas também este tipo de causas quando

acontecem estas catástrofes”, explica ao Semmais, Carlos Alves, da Produções Hipotéticas.

O cartaz do certame conta com vários nomes da música nacional que, segundo o referido responsável, se “associaram voluntariamente à causa”. Esta sexta-feira sobem ao palco artistas como Afonso Sêro, Benjamim, João Maia Ferreira, Samuel Úria e xtinto. Amanhã, sábado, o alinhamento conta com E.se, Suzana, TNT, Xullaji, além de um concerto surpresa.

“A nossa preocupação era ter artistas diferentes e com um repertório de sonoridades distintas. O Afonso Sêro é um teclista e vai dar um concerto de pia-

no, que é um registo diferente do xtinto e do João Maia Ferreira. E há ainda o Samuel Úria e o Benjamim que são nomes incontestáveis da música portuguesa. O segundo dia já é mais focado no rap, na música urbana”, sublinha Carlos Alves.

O principal objetivo é esgotar os 170 lugares sentados do auditório, ao longo dos dois dias de festival e recolher o máximo de donativos possíveis para a causa. Além do valor do bilhete, a produtora tem a decorrer, simultaneamente, uma recolha online, na plataforma “GoFundMe”, com o mesmo nome do festival. “O dinheiro irá ser entregue à Lifeshaker, que é uma associação aqui de Almada e que tem trabalhado com

promoção profissional para jovens e inserção social, para depois de forma transparente entregar esses fundos de acordo com as necessidades identificadas pela freguesia e pelos moradores”, revela o produtor.

De referir que face aos estragos causados pelas intempéries, nomeadamente o deslizamento de terras e abatimento de vias e estruturas, chegaram a ser evacuadas 500 pessoas de Porto de Brandão. A estimativa da câmara de Almada é que parte delas não possa mesmo, por razões de segurança, regressar aquelas habitações e terão, com o apoio do município, de ir viver para outros sítios. ■

TEXTO DAVID MARCOS

Marionetas ‘conduzem’ viagem ao universo de Fernando Pessoa

Espectáculo mergulha na obra e personalidade do poeta português e nas suas mais diversas facetas, surgindo ainda os seus heterónimos como Álvaro de Campos, Alberto Caeiro e Ricardo Reis.

A COMPANHIA Limite Zero leva este fim-de-semana ao Teatro Joaquim Benite, em Almada, a peça “Próxima Estação”, que através de marionetas promete levar o público a uma viagem pelo universo de Fernando Pessoa.

Com texto de Pedro Manana e encenação de Raul Constante Pereira, o espetáculo, estreado em 2024, surge na sequência de outro trabalho da estrutura sobre o poeta português, intitulado de “Não sei o que o amanhã trará” e apresentado em 2015. “Decidimos voltar a pegar neste autor e desta vez fazê-lo para um público mais jovem. O outro espetáculo era para maiores de 12 anos e agora conseguimos que fosse

para maiores de 3. No fundo construímos uma dramaturgia que põe, de facto, numa viagem de comboio, em confronto o Fernando Pessoa com os seus heterónimos e semi-heterónimos”, explica o encenador ao Semmais.

Nessa viagem, atribulada e com paragens em lugares inusitados, vão sendo pontuados vários momentos da obra Pessoa e das suas mais diversas personalidades, passando também pelas facetas de Álvaro de Campos, Alberto Caeiro e Ricardo Reis. “Pensamos que seria interessante para o público, não apenas para o mais jovem, mas para toda a família, perceber a diversidade e a riqueza do autor. Principalmente queremos dar a

conhecer este autor de uma forma divertida e descomplexada. Tentámos, de forma fluida, que a obra de cada um dos heterónimos diálogo com outro”, acrescenta Raul Constante Pereira.

A peça, para o dramaturgo, é também um momento para fazer o público mergulhar a sentimentos mais pessoais e nostálgicos. “O Alberto por exemplo é uma personagem de uma criança, que era pastor e entra nesse comboio. É uma forma de trabalhar um bocadinho o sentimento nostálgico que sentimos na obra do Pessoa. Irmos um pouco à infância e vivência que ela teve”, considera.

Além disso, para o mesmo responsável, contribui para a imersão neste universo de



IMAGEM DA

Pessoa, a plasticidade e magia singulares dadas pelas marionetas: “Tanto para crianças, como para adultos, são instrumentos extraordinários de comunicação. E a magia está no facto de brincarmos com esta mentira mágica, de levarmos o público a acreditar que o bone-

co está vivo e está a interpretar aquelas ações. Queremos que o público se deixe levar e de forma divertida e descomplexada possa disfrutar deste espetáculo e da riqueza de Fernando Pessoa”. ■

TEXTO DAVID MARCOS

PUBLICIDADE

PORTO DE SINES PORTA ATLÂNTICA DA EUROPA

Oferecendo elevados índices de conectividade com ligações diretas regulares aos principais mercados internacionais, Sines é um porto de águas profundas, apto a movimentar quaisquer tipos de navios e cargas.

Dando prioridade ao processo de transição energética, de forma sustentável e com uma forte vertente de inovação e digitalização, o Porto de Sines promove o incremento da competitividade dos importadores e exportadores com soluções logísticas ágeis e eficientes, ao serviço da economia e do hinterland.



PORTO DE SINES
www.portodesines.pt

EDITORIAL
RAUL TAVARES
DIRETOR

A Europa e o teste da sua maturidade estratégica

Num momento em que o cenário internacional volta a ser marcado por incertezas e tensões, a Europa enfrenta um desafio decisivo: afirmar-se como um bloco político e estratégico capaz de defender os seus interesses e valores, mesmo quando estes entram em choque com as posições de aliados tradicionais. A eventualidade de novos “desmandos” políticos por parte de Donald Trump - cuja visão transaccional das alianças internacionais já deixou marcas profundas - obriga a uma reflexão séria sobre o papel e a autonomia da Europa no mundo.

Durante décadas, a segurança europeia esteve fortemente ancorada na NATO, uma aliança que não só garantiu a estabilidade no pós-Guerra Fria como também demonstrou uma solidariedade sem precedentes após os ataques de 11 de setembro de 2001. Foi então ativado, pela primeira vez, o Artigo 5.º, o princípio de defesa coletiva, em apoio aos Estados Unidos. Esse momento simbolizou uma relação baseada em confiança mútua e compromisso partilhado.

No entanto, essa confiança foi abalada nos últimos anos. A retórica de Trump, frequentemente crítica da NATO e das contribuições europeias, revelou uma abordagem utilitária que contrasta com o espírito cooperativo que sustentou a aliança durante décadas. A ameaça de relativizar compromissos de defesa coletiva ou de condicionar o apoio norte-americano a critérios financeiros levantou dúvidas legítimas sobre a fiabilidade dos Estados Unidos como parceiro estratégico.

Perante este cenário, a Europa não pode permanecer passiva. A questão não é romper com a NATO, mas sim reforçar a sua própria capacidade de ação dentro e fora dela. Isso implica investir mais seriamente em defesa, desenvolver uma indústria militar mais integrada e fortalecer mecanismos de decisão comuns que permitam respostas rápidas e coordenadas a crises.

Mas a força da Europa não deve ser apenas militar. A sua verdadeira influência reside também no poder normativo - na capacidade de promover valores como a democracia, o Estado de direito e os direitos humanos. Num mundo cada vez mais fragmentado, essa dimensão é essencial para contrabalançar lideranças imprevisíveis e tendências autoritárias.

A relação transatlântica continua a ser fundamental, mas não pode ser encarada como uma dependência inquestionável. A Europa precisa de demonstrar que é um parceiro, não um subordinado. Isso exige unidade política, visão estratégica e coragem para tomar decisões difíceis, mesmo quando implicam divergir de Washington.

Se a história recente ensinou alguma coisa, é que alianças fortes não sobrevivem apenas da inércia - exigem compromisso renovado e equilíbrio entre interesses. A Europa tem agora a oportunidade de provar que está à altura desse desafio.

SETÚBAL DEBATE FUTURO DAS TECNOLOGIAS DA SAÚDE

ENTRE ALGORITMOS E HUMANIDADE: QUEM ESTÁ, AFINAL, A CUIDAR DE NÓS?

Há uma transformação profunda a acontecer na saúde: silenciosa, técnica, quase invisível para a maioria das pessoas. Não faz manchetes diárias, não gera polémicas fáceis, mas está a redesenhar, passo a passo, a forma como somos diagnosticados, tratados e acompanhados.

E, no centro dessa mudança, estão os Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica - atuando na interface entre a biologia e a medicina.

No dia 23 de abril, em Setúbal, o Fórum TSDT 2026 não será apenas mais um encontro técnico/científico. Será, acima de tudo, um momento de confronto com uma pergunta inevitável: queremos uma saúde mais tecnológica ou mais humana, ou somos capazes de conciliar ambas? - recentrando a pessoa doente como prioridade na definição das políticas de saúde.

A inteligência artificial já entrou nos hospitais. Analisa imagens, cruza dados, sugere diagnósticos. Promete rapidez, precisão e eficiência. Mas também levanta uma inquietação legítima: quando a decisão se aproxima da máquina, onde se posiciona o profissional? E, sobretudo, onde fica o doente?

É aqui que os TSDT assumem um papel decisivo, não como meros executores de tecnologia, mas como mediadores entre inovação e cuidado. São eles - com a sua formação diferenciadora, altamente qualificada - que podem contribuir para que o avanço técnico não se transforma em distanciamento humano. São eles que interpretam, validam, contextualizam.

Num sistema de saúde pressionado, onde se exige mais com menos, falar de eficiência tornou-se inevitável. Mas eficiência sem qualidade é apenas velocidade/quantificada. E qualidade sem humanidade é, no limite, uma forma sofisticada de falha.

Por isso, discutir a valorização destes profissionais - e exigir o reconhecimento devido - não é uma questão corporativa, é uma questão estrutural. Um sistema que não reconhece quem assegura a precisão do diagnóstico e a segurança terapêutica está, inevitavelmente, a fragilizar-se.

O que estará em debate em Palmela/Setúbal não é apenas o futuro de uma profissão. É o modelo de saúde que queremos construir - contribuindo assim, para consubstanciar a disposição constitucional do SNS, prevista no Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa).

Um modelo onde a tecnologia - ao serviço da pessoa doente - amplifica o cuidado, ou um onde o substitui.

Um modelo onde o profissional decide - ou apenas valida.

Um modelo onde o doente é pessoa - ou apenas dado.

Num tempo em que tudo acelera, talvez a verdadeira inovação seja esta: não perder o humano no meio do progresso.

E essa responsabilidade não é das máquinas. É nossa!

POR MARIA JOÃO HILÁRIO E CÂNDIDO TEIXEIRA



ARTUR VAZ
ESCRITOR

Saber escutar é uma habilidade relativamente rara porque envolve, não apenas ouvir o que a outra pessoa está dizendo, mas também prestar atenção aos sentimentos e emoções subjacentes. Para isso, é essencial sair da nossa posição egocêntrica e assumir uma postura capaz de nos colocar na pele do outro, para assim compreender plenamente a sua mensagem. Isso não significa que se concorde com as suas ideias, mas sim estamos interessados em entendê-las num franco respeito e vontade de dialogar.

Infelizmente, nesta sociedade cada vez mais narcisista, muitas pessoas não conseguem desenvolver uma conversa proactiva.

Em vez de ouvir o seu interlocutor e entender as suas ideias e sentimentos, apenas ouve de relance os seus argumentos para refutá-los acaloradamente, como se tratasse de um duelo.

A escuta reactiva implica entrincheirar-se por trás dos nossos próprios pontos de vista, acabando por se tornar um obstáculo ao diálogo. Implica não reagir às ideias do interlocutor num ponto de vista egocêntrico, impondo os nossos próprios argumentos, sem o objectivo de chegar a um acordo vantajoso para ambos. Desta forma, não é possível criar um espaço partilhado, necessário e importante, para que ocorra a

INTELIGÊNCIA INTROSPECTIVA

compreensão, e assim colher ideias e enriquecimentos em que se possa usufruir, pondo fim a um diálogo surdo.

O objectivo principal é impor as suas razões, de modo a que o seu ângulo de visão prevaleça numa batalha a conquistar a qualquer custo.

Uma pessoa madura, assertiva e autoconfiante, não sente a necessidade de impor seus argumentos, mas sim, de estar aberta ao diálogo e receptiva a diferentes pontos de vista que possam enriquecer a sua visão e ajudar a entender melhor quem está à sua frente.

Quando se fecham as portas às ideias dos outros, corre-se o risco de ficarmos presos a uma perspectiva cada vez mais limitada das coisas que nos rodeia, e de nós próprios.

Por isso, devemos garantir que a mensagem por nós expelida chegue de forma clara, trilhando-a por caminhos de opinião com confiabilidade.

Esta verdade permitirá por um lado, encurtar a distância que foi criada e, por outro lado, estabelecer precedentes de concordância que predisponham positivamente o diálogo, fazendo com que possamos olhar na mesma direcção, embora cada um de nós sejamos portadores de focos de análise diferentes, dignos de franca introspecção.

semmais / Ficha Técnica

Diretor **Raul Tavares** / Redação, **Anabela Ventura, António Luís, Cristina Martins, David Marcos, José Bento Amaro** / Coordenação Comercial **Cristina Almeida** / Direção de arte **Pedro Frade** / Design e paginação **Arlinda Correia** / Serviços Administrativos e Financeiros **Mila Oliveira** / Distribuição VASP e Maiscom, Lda / Propriedade e Editor **Maiscom Edição e Publicações, Unipessoal, Lda**; NIPC 513 409 246 / Capital Social **Raul Manuel Tavares Pereira** (100%) / Redação Largo José Joaquim Cabecinha nº8-D, (traseiras da Av. Bento Jesus Caraça) 2910-564 Setúbal. E-mail: publicidade.semmais@mediasado.pt; Semmaisjornal@gmail.com / Telefone: 93 53 88 102 / Impressão Empresa Gráfica LUSOIBÉRIA, Av. da República, nº 6, 1050-191 Lisboa, / Tiragem 20.000 (média semanal) / Reg. ICS: 123090. Depósito Legal; 123227/98 / **semmais.pt** / /jornalsemmais



UM CAFÉ E DOIS DEDOS DE CONVERSA

PAULO EDSON CUNHA
DEPUTADO PSD

Todos os anos, somos confrontados com Relatório Anual de Segurança Interna do ano anterior, conhecida como RASI, no caso de 2025.

O documento deste ano, foi remetido à Assembleia da República apenas nesta terça-feira, data em que escrevo, pelo que a análise que faço é muito preambular.

Assim, numa primeira análise geral (não tenho ainda possibilidade de fazer uma leitura mais local) temos razões para vislumbrar uma situação controlada em Portugal, de modo que podemos continuar a dizer que Portugal mantém-se como um país seguro, mas não podemos ignorar que também temos razões para ver sinais de preocupação em algumas tendências e para continuar a estreitar o trabalho de articulação e coordenação, que é desenvolvido aqui no sistema de segurança interna.

Por outras palavras, sabemos que a segurança não é um dado adquirido, é um dado que tem de ser salvaguardada em

permanência e as ações preventivas têm de ser reforçadas, porque é na prevenção que o País deve apostar, evitando dissabores e custos, se conseguir ser eficaz nessa actuação preventiva.

Ontem mesmo, na subcomissão relativa à Violência Doméstica, numa audição conjunta com a PSP, GNR e representantes do MP, foi-nos transmitido que o meio mais eficaz e a maior aposta dessas entidades está nas ações de prevenção e de sensibilização, embora esses resultados não sejam naturalmente imediatos.

Hoje em dia, a informação circula muito depressa e é muito elaborada, sobretudo aquela que se destina a fomentar o ódio e algumas práticas menos correctas e é extremamente difícil de combater, por isso, é uma guerra desigual, mas que não podemos abrandar, sobretudo em crimes, como os de ódio e crimes como a violência doméstica, sobretudo o acentuar das vítimas mais indefesas, como as pessoas mais idosas e vítimas menores.

Nessa audição, ouvi algo que me chamou a atenção, quando um dos intervenientes referiu com agrado o novo Relatório de Avaliação de risco, mas alertou que sempre que essa avaliação é média (risco média) o alerta mais do que quando é alta e explicou que quando é alta, activam-se os meios de defesa e prevenção no máximo, ao passo

que quando o risco é médio, por vezes baixa-se a guarda e, por vezes, os agressores e as circunstâncias são demasiado sofisticados e manipuladores, ao ponto de “enganar” o relatório e, dessa forma, ludibriar as autoridades e a própria vítima.

De todo o modo, em 2025 a violência doméstica registou um pequeno decréscimo e “diminui pelo terceiro ano consecutivo”. No entanto, a maioria das vítimas (69%) continuam a ser mulheres e a maior incidência regista-se em Lisboa, Porto e Setúbal e tivemos a lamentar 27 pessoas que perderam a vida, 21 mulheres, 4 homens e 2 crianças, mas tivemos muitos milhares de participações de um crime que é um crime de terror, e contra o qual queremos continuar a fazer um combate incessante e também um apoio cada vez maior às vítimas.”

Por fim, referir alguns dados do ano de 2025, que trouxe um aumento da criminalidade geral que foi participada e trouxe uma diminuição da criminalidade grave e violenta. Esta pequena oscilação mostra uma estabilização dos números de uma forma geral e alguns sinais de preocupação que estão muito ligados também àquela que tem sido a nossa estratégia, nomeadamente que **a criminalidade violenta e grave participada diminuiu 1,6%**. Dentro desta

o roubo representa 61,6% da totalidade. **A criminalidade geral participada registou um aumento de 3,1%**. Houve também um aumento do crime de resistência e coação sobre funcionário e os crimes contra o património representam 50,5% do total da criminalidade, seguido pelos crimes contra as pessoas com 25% do total. Já o furto mantém-se como o crime mais participado.

A violação é o indicador que se destaca, tendo obtido “o valor mais elevado da última década”.

Quanto ao crime de tráfico de estupefacientes, houve um “aumento de participações, detenções e apreensões”, tal como um crescimento das quantidades apreendidas (+102,6% no caso do haxixe). Apenas a apreensão da heroína baixou.

O auxílio à imigração ilegal registou-se um aumento de participações, arguidos constituídos e detenções (+225%).

A criminalidade económico-financeira também viu uma enorme subida (+154%)

A delinquência juvenil e criminalidade grupal desceu ligeiramente, pela primeira vez desde a pandemia.

A **sinistralidade rodoviária**, que **classificou como “uma chaga social em Portugal”.**

Espero que estes dados o ajudem a perceber o nosso Estado da Nação, no que à criminalidade concerne.



ANTÓNIO MENDONÇA MENDES
DEPUTADO ELEITO PELO
CÍRCULO ELEITORAL DE
SETÚBAL; VICE-PRESIDENTE DO
GRUPO PARLAMENTAR DO PS

PRR – NÃO PODEMOS PERDER 1 EURO!

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), lançado depois da pandemia com fundos europeus (por recurso a emissão de dívida conjunta da União Europeia) constitui uma oportunidade de transformação do País. Projetos há muito sonhados tiveram no PRR uma oportunidade de concretização única. No distrito de Setúbal, e em particular na Península de Setúbal, constitui uma oportunidade de financiamento de obras com fundos europeus. Projetos que não eram elegíveis pelos quadros comunitários tiveram a oportunidade de ser financiados, a península passou a ter um envelope de fundos europeus que há muito não tinha (e que agora passará a ter de forma regular, desde a constituição da CIM – Comunidade Intermunicipal).

O PRR é, assim uma, uma oportunidade que não podemos desperdiçar. Temos um prazo curto de concretização, que termina já este Verão.

Conscientes desta realidade, os deputados do PS estão a promover um Roteiro PRR, em todos os distritos de Setúbal, com o lema “não podemos desperdiçar 1 euro

por inércia do Governo”. De facto, as reprogramações feitas por este Governo têm sistematicamente retirado verbas para creches, centros de saúde, escolas, residências estudantis, habitação acessível e estradas.

Temos de garantir que todas as verbas são aproveitadas, e que nenhum projeto fica a meio ou para trás.

Nas últimas semanas, dedicámos as nossas visitas aos temas da Habitação, Alojamento Estudantil e Mobilidade. Os projetos de construção e reabilitação do parque habitacional público estão no terreno em todo o distrito, com particular intensidade em Almada, onde milhares de fogos estão a ser construídos para serem disponibilizados para arrendamento acessível. No capítulo do alojamento estudantil, o Campus da Caparica vai quadruplicar a oferta de camas a estudantes, num investimento sem precedentes. Na rodovia, depois de anos sem investimento (o último relevante foi a A33, num Governo PS), temos agora o PRR a financiar a EN4 – Variante da Atalaia, já aberta ao tráfego), e está em curso a 1.ª fase da requalificação do IP8 (e sua re-

conversão para perfil de autoestrada), que deverá estar terminada no Verão, e com a segunda fase em concurso e, espera-se, em condições de começar a obra no Verão. No domínio da melhoria da oferta de transporte público, o PRR financiou dezenas de novos autocarros elétricos aos Transportes Coletivos do Barreiro, que acabaram de chegar (com o km) e em breve serão colocados ao serviço das populações.

Estes são exemplos de sucesso, de um trabalho que deu mesmo muito trabalho! Numa altura em que a honestidade política não abunda no debate público, penso que seria bom que apenas estes exemplos que aqui deixo possam melhor informar que a herança que este Governo recebeu foi uma herança muito positiva. E que a sua obrigação é deixar de olhar para o retrovisor e que assumam as suas responsabilidades. Está há dois anos no Governo. E o País exige que o Governo não desperdice 1 euro do envelope financeiro do PRR.



atec

academia de formação

www.atec.pt

CAPACITAMOS PESSOAS
TRANSFORMAMOS CARREIRAS

FORMAÇÃO PARA EMPRESAS

**ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PARA JOVENS E ADULTOS**

Formação Profissional



Ensino Profissional



Cofinanciado por



Cofinanciado pela
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.